



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

ATA N.º 4/2014

Aos trinta dias do mês de setembro, do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, na sede da Junta de Freguesia do Cabouco, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Vereadores: José Duarte Barbosa Cabecinha, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que, antes de dar início à quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, gostaria de saudar todos os presentes e agradecer à Junta de Freguesia do Cabouco, na pessoa do seu Presidente, César Pacheco, o facto de ter aceite o convite para a realização daquela sessão ordinária, no espaço concelhio daquela freguesia, dando-se, assim, continuidade à política de descentralização das sessões da Assembleia.

Aproveitou a oportunidade para felicitar a Junta de Freguesia do Cabouco, por mais um aniversário da freguesia, comemorado recentemente e, ainda, congratular pela criação de um novo portal, com uma imagem de modernidade, constituindo não só um meio para a divulgação da sua atividade, acessível a qualquer cidadão, mas também um elo de ligação, rápido e prático, entre a junta e os seus concidadãos, para um melhor exercício do seu mandato.

Congratulou, igualmente, a freguesia do Cabouco pelo programa das recentes festividades religiosas, referindo a sua importância na promoção cultural da Lagoa e na preservação das suas tradições religiosas.

Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara, o facto de ter proporcionado, no passado dia 27 de setembro, uma visita ao Parque Municipal de Máquinas, nomeadamente às obras de ampliação do canil e gatil municipal, tendo aquela iniciativa se revelado de grande importância para os membros da Assembleia, que puderam verificar “in loco” não só as ações desenvolvidas pelo executivo camarário, mas também conhecer os espaços e condições de trabalho.

Posteriormente, agradeceu todos os membros da Assembleia que participaram naquela iniciativa e a Associação de Funcionários da Autarquia, pela oferta de um almoço/convívio, congratulando, ainda, a forma como aquela Associação efetua a gestão do terreno que confina com o Parque de Máquinas.

De seguida, a Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Posteriormente, foi votada a ata da segunda sessão ordinária, respeitante ao dia 17 de junho de 2014, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 18 de junho a 30 de setembro de 2014, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Deputado Municipal César Pacheco, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, saudou os membros daquela Assembleia Municipal, referindo que no final dos trabalhos seria oferecido um pequeno lanche, para confraternização com todos os membros presentes.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – 350.º ANIVERSÁRIO DA VILA DE DARTMOUTH:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o voto de congratulação pelo 350.º aniversário da Vila de Dartmouth, que abaixo se transcreve:

“Dartmouth, Estado de Massachusetts, na Nova Inglaterra, celebrou, no início deste mês de setembro, o seu 350.º aniversário de vila, com um programa diversificado de atividades de índole cultural.

No âmbito do protocolo de amizade, firmado há cerca de 11 anos, com a vila de Dartmouth, a Lagoa marcou presença nesta efeméride, de grande relevância para aquela vila, que pretendeu evidenciar a sua história e homenagear instituições e associações, as quais contribuíram, decisivamente, para o progresso de Dartmouth.

Tendo em conta que a Lagoa pretende dar continuidade aos laços de amizade existentes com a vila de Dartmouth, na qual inúmeros Lagoenses tiveram um papel fundamental na sua história, proponho, nos termos regimentais aplicáveis o seguinte:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de congratulação pela celebração do 350.º aniversário da vila de Dartmouth;
- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere dar conhecimento deste voto à vila de Dartmouth.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes, aprovar o voto de congratulação pelo 350.º aniversário da Vila de Dartmouth.

VOTO DE LOUVOR – BRISTOL COUNTRY SHERIFF’S OFFICE:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o voto de louvor ao Bristol Country Sheriff’s Office, o qual abaixo se transcreve:

“Ao longo dos últimos anos, o Xerife Thomas Hodgson de Bristol County Sheriff’s Office tem contribuído, graças à sua generosidade e ao seu apreço pela comunidade açoriana, de entre as quais Lagoense, fixada no Estado de Massachusetts, reforçar a nossa amizade com a vila de Dartmouth, procurando apoiar as comitativas da Lagoa, aquando das suas deslocações àquele Estado de Massachusetts, estabelecendo, assim, uma ligação inequívoca com este concelho.

Deste modo, Thomas Hodgson assume-se, uma vez mais, como um verdadeiro e bom amigo desta cidade, pelo excelente acolhimento e receção, aquando da participação do Município de Lagoa nas comemorações do 350.º aniversário de Dartmouth.

É de evidenciar, também, o Capitão Jamie Melo tanto pelo seu empenho pessoal como pelo seu profissionalismo, no âmbito das funções que lhe são incumbidas pelo Bristol County Sheriff’s, aquando do acompanhamento das comitativas Lagoenses a Dartmouth.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de louvor, como forma de reconhecimento e gratidão por todo o apoio prestado ao Município de Lagoa
- A Assembleia Municipal delibere dar conhecimento deste voto ao Bristol County Sheriff's Office."

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de louvor ao Bristol Country Sheriff's Office.

VOTO DE PESAR – DORVALINO MONIZ BARRETO:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o voto de pesar pelo falecimento do senhor Dorvalino Moniz Barreto, o qual abaixo se transcreve:

"Dorvalinho Moniz Barreto nasceu a 21 de agosto de 1932, na freguesia de N. Sra. do Rosário, tendo iniciado a sua atividade laboral desde muito cedo. Inicialmente, e, com apenas 10 anos de idade, trabalhou como operário na abertura da Estrada Regional, depois caiador na Fábrica do Álcool e, mais tarde, de 1946 a março de 1965, como funcionário numa mercearia, que pertencia ao pai. Regressou à Fábrica do Álcool em abril de 1965 e aí permaneceu até reformar-se, em 1997, tendo desempenhado as tarefas de Fiel de Armazém e, posteriormente, acumulado com as de escriturário e motorista.

Após reformar-se, integrou vários projetos, de âmbito político, cultural e desportivo:

Ao nível político, foi Secretário e Tesoureiro, durante 16 anos, na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, mandatos presididos pelos senhores Humberto Alves, João Fragoso e Raulino Anselmo.

De cariz cultural, foi músico, desde os 9 anos de idade, na Sociedade Filarmónica Lira do Rosário, quando, naquela altura, não se verificava a existência de crianças naquela Filarmónica, permanecendo cerca de 50 anos ao seu serviço. Também, tocou na Filarmónica Estrela-d'Alva, ao longo de 18 meses, altura em que o seu pai foi maestro da mesma. Fez, ainda, parte das orquestras de Teófilo Frazão, de Francisco Botelho e do Pico da Pedra, tendo realizado vários concertos musicais na ilha de S. Miguel e no Canadá.

De âmbito desportivo, acompanhou a atividade do Clube Operário Desportivo, desde 1965, no qual foi dirigente e o sócio n.º 1.

A forma exemplar de dedicação à causa pública, torna o falecimento do Senhor Dorvalinho Moniz Barreto, merecedor do nosso pesar, deixando o Clube Operário Desportivo e a música lagoense mais pobres.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de pesar;

- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere dar conhecimento deste voto de pesar à família, à Sociedade Filarmónica Lira do Rosário e ao Clube Operário Desportivo.”

Sobre o assunto, o Deputado Municipal Rui Meneses referiu que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tinha suposto que apresentariam um voto de pesar pelo falecimento do senhor Dorvalino Moniz Barreto, razão pela qual tinha decidido não tomar tal iniciativa. Informou que, obviamente, estavam solidários com o voto de pesar apresentado, porque tratava-se de uma individualidade que tinha dado um importante contributo para o concelho.

Deste modo, tratando-se de uma personalidade que, desde sempre, esteve ligada ao Clube Operário Desportivo sugeriu que, numa próxima oportunidade, a Autarquia atribuisse o seu nome a um equipamento desportivo ou a alguma obra que inaugurasse, junto ao campo de Jogos do Clube Operário Desportivo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do senhor Dorvalino Moniz Barreto.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou todos os deputados municipais da atividade Camarária, de acordo com os documentos que lhes tinham sido, previamente, disponibilizados.

Sobre o assunto, o Deputado Municipal Rui Meneses referiu que, com a sua intervenção, não pretendia complicar o trabalho do executivo camarário, mas entendia que nas atividades apresentadas existiam algumas que se confundiam com aquelas que estavam integradas nos protocolos com as Juntas de Freguesia, nomeadamente a limpeza de canadas, manutenção de jardins, entre outras. Com aquela observação não pretendia dizer que a Câmara Municipal não pudesse executar, mas entendia ser uma duplicação de funções.

Reconhecia que a atual legislação complicava a ação das autarquias, mas achava não ser correto incluir aquelas atividades, quando foram transferidas aquelas competências para as Juntas de Freguesia, através dos protocolos assinados.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Gilberto Borges, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, referindo que para se falar sobre protocolos era necessário ter um conhecimento profundo dos mesmos. Assim, informou que existiam determinadas alíneas que não estavam complementadas naquilo que foi exposto pelo Deputado Municipal Rui Meneses. Relativamente à manutenção de jardins, esclareceu que, anteriormente, as Juntas de Freguesia recebiam uma verba para aquele fim e que a mesma tinha sido retirada, dado que a Empresa Municipal de Lagoa tinha passado a executar aquele serviço. Atualmente, com a extinção da referida Empresa Municipal competia à Câmara Municipal executar aquele tipo de serviço, porque só estavam incumbidos de executar a zona urbana e todo o resto competia ao executivo camarário.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2014, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A área da cultura e educação são áreas com atribuições específicas dos municípios, conforme consta do artigo 23.º, n.º 2, alíneas d) e e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Lei que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais).

Consequentemente, por se tratar de matéria educacional/pedagógica e de informação/formação pessoal/cultural/profissional, são duas áreas em que os municípios devem investir por forma a proporcionar, de forma sistemática, aos seus munícipes e à população em geral, eventos eficazes, que contribuam de facto para a melhoria dos padrões culturais, por via do contacto e abordagem ao conhecimento, às crenças, à moral, à lei, à arte e aos costumes, locais, regionais, nacionais e internacionais, e às manifestações urbanas e a todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Assim, é intenção desta Autarquia incrementar a realização de eventos desta natureza e com elevada e reconhecida qualidade.

Ora, é público e notório que, nos últimos anos, por via de um investimento financeiro significativo e alocação de meios técnicos e humanos, a Autarquia de Lagoa tem vindo a dedicar especial atenção às áreas da cultura e da educação. Este investimento, de manifesto interesse público, será para manter e incrementar.

Nestes últimos anos, a Autarquia de Lagoa fez uma aposta significativa nas referidas áreas, mediante a reabilitação de edifícios, sua posterior afectação às áreas da educação e da cultura, com a inerente realização de inúmeros eventos pedagógico-culturais. A mero título de exemplo,

enunciam-se o edifício Casa da Cultura Carlos César, totalmente remodelado no ano de 2010 e afecto à atividade cultural promovida pela Autarquia, com destaque para exposições, workshops e conferências, o Convento dos Franciscanos, totalmente remodelado no ano de 2011 e onde se instalou a Biblioteca Municipal e a Casa das Memórias e onde se realizam eventos de natureza cultural e recreativa de grande interesse para o público jovem e adulto, e a Mercearia Central Casa Tradicional aberto diariamente ao público e onde se realizam visitas guiadas a grupos turísticos.

Por outro lado, o Município de Lagoa tem um CATL, reabilitado em 2008, onde se realizam actividades de ocupação de tempos livres para crianças, que funciona em horário pós escolar e durante o período das férias e que promove a ocupação útil dos tempos livres das crianças e a formação em contexto lúdico e recreativo.

Ao longo deste tempo, estas valências tem funcionado com os trabalhadores da autarquia e, pontualmente, com recurso à celebração de contratos de prestação de serviços.

No entanto, face ao volume de eventos que já se realizam e ao incremento que se pretendem dar no futuro, de forma permanente e duradoura, e à qualidade que se pretende empregar nos mesmos, os actuais trabalhadores da Câmara Municipal afectos ao exercício de funções nestas áreas são manifestamente insuficientes.

Assim, na prossecução da política cultural da Autarquia de Lagoa, que é de relevante interesse público, é intenção da Câmara Municipal de Lagoa proceder ao recrutamento de um trabalhador, na categoria de Assistente Técnico, para proceder à organização e realização de exposições e feiras de artesanato, visitas guiadas, promoção de intercâmbios escolares, eventos recreativos, concertos e exposições, entre outros eventos de natureza similar e, na prossecução da política cultural e pedagógica da Autarquia de Lagoa, é intenção da Câmara Municipal de Lagoa proceder ao recrutamento de um trabalhador, na categoria de Técnico Superior, para exercer funções no serviço educativo da Câmara Municipal de Lagoa, nomeadamente na Biblioteca Municipal e no CATL. Pretende o Município dar uma resposta de natureza pedagógica e não meramente lúdica e recreativa às várias dezenas de crianças que diariamente frequentam estes espaços, com necessidade acrescida de desenvolver ações na área do Português, pela sua importância que assume na formação dos nossos jovens.

Acresce ainda que, recentemente, a Câmara Municipal de Lagoa tem feito uma forte aposta na implementação, estruturação e desenvolvimento de um sistema de gestão e operacionalização de procedimentos administrativos adoptados no seu Parque de Obras, de forma a racionalizar e potencializar, de forma duradoura, os respectivos recursos humanos, técnicos e de material.

Esta aposta revelou-se frutífera já que a gestão de stock e funcionamento do parque de obras apresentou uma melhoria substancial e hoje funciona com uma eficácia significativa o que, inclusivamente, se traduziu numa redução dos seus custos operacionais por via da racionalização de meios e materiais.

Ao longo deste tempo, este trabalho tem vindo a ser feito com os trabalhadores da autarquia e, pontualmente, com recurso à celebração de contratos de prestação de serviços. No entanto, a Câmara Municipal de Lagoa tem necessidade de dispor de alguém que, de forma permanente e duradoura, proceda nomeadamente à inventariação de todo o material que entra no referido Parque de Obras, registando a sua origem e destino, proceda à análise e gestão de stock, faça o carregamento na plataforma informática da contabilidade e património de todos os custos de viaturas e pessoal e faça o controlo da gestão dos bens, consumos, procedimentos técnicos e administrativos ali adoptados.

A Câmara Municipal de Lagoa não tem qualquer funcionário nos seus quadros que tenha esta experiência, que tenha tido contacto directo e intensivo com aquela natureza de espaço, com os recursos humanos a ele afectos, com aquela realidade operacional, que tenha esta formação ou que, tão pouco, efectue, ou tenha efectuado, estas funções. Em suma, a Câmara Municipal não tem nenhum trabalhador afecto ao exercício destas funções nesta área e, porque são manifestamente insuficientes os seus recursos humanos, é necessário o recrutamento de um Assistente Técnico para exercer as referidas funções administrativas no armazém Parque de Obras de Lagoa.

Por fim, por via do estatuído na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e conforme deliberações tomadas em reunião de Câmara Municipal, datada de 28 de junho, e deliberação em Assembleia Municipal, de 11 de julho, tudo do ano de 2013, e Empresa Municipal de Lagoa foi dissolvida e, por via da subsequente internalização dos respectivos serviços na Câmara Municipal de Lagoa, esta passou a gerir a Pousada da Juventude de Lagoa.

Sucede que o edifício desta Pousada de Juventude necessita de vigilância 24 horas por dia. Contudo, neste momento, esta Autarquia não tem qualquer funcionário afecto, ou com possibilidade de afectação, à realização deste serviço.

Assim, havendo a necessidade imperiosa de assegurar as referidas funções e sendo manifestamente insuficiente os seus recursos humanos, é intenção da Câmara Municipal de Lagoa proceder ao recrutamento de um trabalhador, para, na categoria de Assistente Operacional, exercer funções de vigilância no Edifício da Pousada de Juventude de Lagoa, cujos respectivos serviços foram internalizados na Câmara Municipal de Lagoa.

Pela sua natureza, a realização de todas as funções supra descritas será constante, subordinado e sujeito à disciplina e à direcção do órgão autárquico, devem impor o cumprimento de horário de trabalho e deve, portanto, ser prestado por via da ocupação de postos de trabalho mediante recrutamentos de trabalhadores para a Administração Pública por tempo indeterminado.

Por conseguinte, face à manifesta insuficiência de trabalhadores em funções na Autarquia e ao manifesto relevante interesse público na prossecução e realização das referidas actividades/funções, é imprescindível esta Autarquia proceder ao recrutamento dos trabalhadores necessários para as assegurar.

Esta Câmara Municipal ainda não previu, no seu mapa de pessoal, que deverá acompanhar o seu Orçamento, todos os postos de trabalho de que o Órgão carece para o desenvolvimento destas actividades.

Assim, para assegurar o cumprimento das obrigações e intenções de serviço público legalmente estabelecidas, e ponderada a carência dos recursos humanos afectos às respectivas actividades, será necessário e imprescindível esta Câmara Municipal recrutar todos os trabalhadores necessários à ocupação dos respectivos postos de trabalho de forma a assegurar, de forma duradoura e por tempo indeterminado, as respectivas funções e o regular cumprimento de todas as actividades, alterando, em conformidade, o seu respectivo mapa de pessoal.

Importa ainda elencar que esta Autarquia tem cumprido, por excesso, a redução de trabalhadores exigida pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado. A título de exemplo, o Município de Lagoa reduziu 2, 3 e 4 trabalhadores nos anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente, o que representa uma redução superior aos 2% exigidos pelo artigo 62.º da Lei de Orçamento de Estado para 2014. No ano de 2015, ano em que presumivelmente se concretizarão os presentes recrutamentos, há já a séria perspectiva de redução de, pelo menos, mais 3 trabalhadores.

Por conseguinte, nos termos do artigo 4.º, n.º 1, e artigo 9.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à adaptação à Administração Autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, entretanto revogada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas -, artigos 3.º e 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, na sua actual redacção, artigos 28.º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2014) e da demais argumentação de facto e de direito supra, proponho:

- a) a aprovação da abertura dos procedimentos concursais comuns, por tempo indeterminado, necessários à ocupação dos 4 (quatro) postos de trabalho que serão previstos e não ocupados no mapa de pessoal que acompanhará o Orçamento para o ano de 2015, a aprovar pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária, nas categorias/carreiras de Assistente Operacional (1), Assistente Técnico (2) e Técnico Superior (1), tudo conforme melhor consta do mapa que segue em anexo e que, devidamente rubricado, faz parte integrante da presente proposta, e a consequente
- b) alteração em conformidade do respectivo Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, mediante a prévia emissão de parecer favorável do órgão executivo e deliberativo desta Autarquia, nos seguintes termos e condições:

Atenta a natureza constante e duradoura das funções a desempenhar, o recrutamento dos trabalhadores necessários para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar será feito por tempo indeterminado.

O recrutamento será feito por procedimento concursal restrito, numa primeira fase, aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Contudo, atenta a necessidade premente da ocupação destes postos de trabalho e considerando a existência de potenciais candidatos, sem vínculo de emprego público, que reúnem os requisitos especiais e habilitacionais de candidatura ao procedimento, bem como, eventual conhecimento e experiência pessoal/profissional das funções a desempenhar, excepcionalmente e porque devidamente fundamentado, em caso de impossibilidade de ocupação dos mesmos por quem seja detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, podem candidatar-se ao procedimentos concursais trabalhadores com vínculo de emprego público a termo e sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, porquanto mostram-se cumpridos os requisitos previstos no artigo 64.º, n.º 2, da Lei de Orçamento de Estado para 2014.

Existem fundos disponíveis suficientes para suportar os encargos/despesa com os presentes recrutamentos e estes estarão devidamente previstos e cabimentados no orçamento da Autarquia de Lagoa para o ano de 2015.

O recrutamento será feito por procedimento concursal publicitado, designadamente, através da publicação na 2.ª Série do Diário da República.

Os trabalhadores a recrutar deverão cumprir os requisitos mencionados no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e, nos termos do disposto no artigo 34.º, os requisitos especiais habilitacionais previstos no referido mapa de pessoal em anexo, nomeadamente, a licenciatura correspondente para a carreira/categoria de técnico superior.

De acordo com o n.º 2 do artigo 34.º da Lei 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, para as carreiras/categorias de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, não é permitida a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da habilitação exigida, considere dispor da formação e, ou, experiência profissional necessária e suficiente para a substituição daquela habilitação.

Não obstante o disposto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, de acordo com a circular n.º 92/2014-PB, emitida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, que disponibiliza a nota técnica n.º 5/JP/2014, emitida, em 5 de maio de 2014, pela Secretaria de Estado da Administração Pública e que acolhe a posição já amplamente partilhada pelos Municípios e inúmeros Juristas que se debruçaram sobre a matéria, “A Administração Local encontra-se abrangida pela aplicabilidade da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, no entanto, está dispensada de consultar o INA, assumindo cada entidade elencadas no n.º1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, a posição de EGRA, enquanto essa não esteja constituída nos termos do artigo 16.º-A do mesmo diploma legal.” A DGAL também disponibilizou a sua solução interpretativa uniforme sobre a matéria e que dispõe que “As autarquias locais não têm de consultar a Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no

âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.

De acordo com o artigo 36.º, n.º1 e 5.º, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e artigo 6.º e 7.º da Portaria n.º n.º 83-A/2009, de 31 de dezembro, na sua actual redação, os métodos de selecção a adoptar serão, para a generalidade dos candidatos:

- a) Provas de conhecimentos, destinadas a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função;
- b) A avaliação psicológica, destinada a avaliar as restantes competências exigíveis ao exercício desta função e;
- c) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

No recrutamento de candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadora do posto de trabalho em causa, que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou actividade, os métodos de selecção são os seguintes:

- a) Avaliação curricular incidente especialmente sobre as funções desempenhadas na categoria e no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou actividade em causa e nível de desempenho nelas alcançado; e
- b) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

Nos termos estatuídos no artigo 36.º, n.º 3, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os métodos de selecção referidos supra podem ser afastados pelos candidatos através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos.

Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 29 de janeiro, na sua actual redação.

Será respeitada a ordem de prioridade de recrutamento legalmente prevista, nomeadamente a estatuída no artigo 49.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Será faseada a utilização dos métodos de selecção, quando tenham sido admitidos candidatos em número igual ou superior a 100, da forma prevista no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 29 de janeiro, na sua actual redação.

O prazo de apresentação das candidaturas será de 10 úteis dias, a contar da publicação do respectivo Aviso no Diário da República, 2.ª Série, nos termos do disposto no artigo 29.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

O júri do presente procedimento concursal será posteriormente designado pelo dirigente máximo do órgão, nos termos do artigo 20.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 31 de dezembro, na sua actual redação.

De acordo com o artigo 38.º da Lei 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública, que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, antes de abordar o assunto em causa, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia e, através dele, saudar o povo do Cabouco, que acabou de celebrar as suas maiores festas em honra de Nossa Senhora da Misericórdia.

Felicitou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela descentralização das sessões daquela Assembleia Municipal, considerando ser uma atitude importante, embora os cidadãos não tenham aderido muito à participação, o importante era cumprir com os deveres daqueles que tinham sido eleitos.

A freguesia do Cabouco, naquele mês, comemorou o 34.º ano de existência, salientando que a mesma tinha crescido muito, sobretudo devido à fixação de inúmeras famílias. Nas suas acessibilidades, a Estrada de Portugal e das Comunidades assumia-se como o eixo principal à cidade. A atividade económica também tinha progredido, através do crescimento do seu parque industrial, apesar das dificuldades sentidas por muitas empresas naquele momento. Referiu que um novo e importante investimento iria ser realizado, uma moderna fábrica de rações do Grupo Sicosta, aproveitando para felicitar e desejar os maiores sucessos ao senhor Messias Teves, à sua esposa Rosa Teves e aos seus filhos pelo novo investimento.

Referiu ter a esperança que com novos investimentos a situação melhoraria e que, num futuro próximo, fosse retomada a dinâmica que aquela zona industrial possuía há uns anos atrás.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal tinha desenvolvido na freguesia do Cabouco um conjunto de importantes investimentos, na certeza de que aqueles contribuíram para o seu desenvolvimento, pois, nos últimos vinte anos, a freguesia tinha registado um crescimento imparável, conforme se poderia comprovar nos últimos censos. Em vinte anos, a população do Cabouco tinha crescido 36,7%, enquanto no concelho o crescimento tinha sido de 12% e nos Açores de 3,7%. Assim, o número de famílias, em 1991, era de 290 e, em 2011, era de 541, sendo o indicador que melhor traduzia a ideia de que o crescimento do Cabouco tinha sido feito à custa de novas famílias, que ali passaram a residir.

Relembrou os três últimos investimentos realizados na freguesia, nomeadamente o edifício destinado ao agrupamento de escuteiros do Cabouco, o Núcleo Museológico e a remodelação do Polidesportivo, com a colocação de um piso sintético.

Deixou uma opinião muito positiva quanto ao projeto do Centro de Produção Agrícola da Casa do Povo, o qual era já uma referência a nível regional e que era apoiado pela Câmara Municipal.

Afirmou, ainda, que a freguesia do Cabouco tinha muitos desafios a enfrentar, muitos deles resultantes de problemas como a toxicodependência e o vandalismo. Para além disso, referiu o problema do desemprego, que era generalizado aos Açores, pelo que deixou uma palavra de confiança ao atual executivo para que fosse capaz de continuar naquele mandato o bom e reconhecido trabalho a favor daquela freguesia e da sua população.

Relativamente ao assunto em análise, informou que a proposta apresentada era bastante clara em relação às necessidades que existiam atualmente na Autarquia cujo procedimento concursal seria aberto num curto espaço de tempo.

Sobre o assunto, o Deputado Municipal Rui Meneses informou que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata iria manter a mesma postura que adotou o ano passado, por ocasião da aprovação do mapa de pessoal para o corrente ano. Deste modo, iriam abster-se porque entendiam que, apenas, o executivo tinha conhecimento de como dispor, da melhor forma, os seus meios humanos. De qualquer forma, entendiam que a proposta estava bem fundamentada e, se a Câmara entendia ser necessária a referida alteração não se iriam opor, nem votar a favor.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Rebelo:

1.º Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa para 2014, nos termos da alínea o) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, as receitas próprias são fundamentais para o financiamento da atividade camarária, permitindo a sua autonomia financeira, sem que seja necessário recorrer à ajuda de terceiros;

Considerando que, em 2012 foi arrecadado 734.136,63€ e, em 2013, o valor de 952.075,69€ com esta receita;

Considerando que a 12 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei n.º 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto

municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o n.º 5 do artigo 112.º do referido Decreto-Lei, os Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do citado artigo, nomeadamente:

c) Prédios urbanos – de 0,3 % a 0,5 %.

Sobre o assunto, proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal, a afixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no seguinte valor:

c) Prédios urbanos – 0,3 % "

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, desde há alguns anos, o Município aplicava a taxa mínima legal do Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo igualmente proposta para o próximo ano, pese embora o Poder Local atravessasse uma fase em que necessitava de aumentar as suas receitas face aos compromissos que tinha de cumprir e à constante e preocupante política do Governo da República em criar dificuldades aos municípios.

Acrescentou, quer fosse com cortes nas transferências, quer com o aumento de impostos, através da criação de legislação, todas as medidas caminhavam num mesmo sentido, aumentar a despesa pública, ou reduzir as receitas.

Referiu, também, que iria manter a taxa mínima do IMI, enquanto a Autarquia tivesse condições de o fazer, porque as famílias não possuíam condições para suportar mais aumentos de impostos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

1.º A afixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2015, no seguinte valor:

c) Prédios urbanos - 0,3%;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

"Considerando que, os municípios deliberam anualmente a taxa de derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título

principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando que, as receitas próprias são fundamentais para o financiamento da atividade camarária, permitindo a sua autonomia financeira, sem que seja necessário recorrer à ajuda de terceiros;

Considerando que, é o objetivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a atividade comercial, turística e industrial da grande maioria das empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

- a) De acordo com o preconizado no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, delibere a manutenção do valor de derrama em 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;
- b) Que nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a proposta apresentada era no sentido de manter o valor que já vinha sendo aplicado, em coerência com o que ocorreu no passado.

Como era do conhecimento de todos os presentes, o Poder Local não vivia um momento propício à isenção de taxas e à abdicação de receita, pois, cada vez que o Governo da República tinha oportunidade, retirava receita ou aumentava a despesa das Autarquias Locais.

A receita arrecadada pela autarquia, com a aplicação daquele imposto, tinha sido, em 2013, de 58,7 mil euros e esperava-se que no corrente ano fosse de 70 mil euros.

Apesar das dificuldades que, naquele momento, as empresas atravessavam, entendia que era uma receita de que não se devia abdicar, tanto mais que seria para reinvestir no concelho.

Relembrou o caso do IMT, que, ano após ano, tinha vindo a diminuir. Em relação a 2013, a 30 de setembro, a perda de receita naquele imposto tinha sido de 164 mil euros. Deste modo, era uma situação muito preocupante, por isso não podiam, nem deviam reduzir receitas próprias.

Para além disso, com o próximo quadro comunitário de apoio, o município precisava de ter receitas próprias para financiar a parte que lhe cabia nos investimentos. O valor da derrama que iria cobrar, em 2015, que se estimava em 80.000,00 € daria para comparticipar um investimento público de 500 mil euros.

Sobre o assunto, o Deputado Municipal Rui Meneses informou que entendia a explicação, mais pormenorizada, que tinha sido prestada pelo senhor Presidente da Câmara e, apesar de conhecer as regras do próximo quadro comunitário de apoio e reconhecer que a criação do Fundo de Apoio Municipal vinha dificultar a atividade camarária, iria manter o seu voto contra, à semelhança do ano anterior.

Entendia que seria a altura ideal para a autarquia dar conta que o concelho da Lagoa era um bom local para as empresas investirem, assim, certamente, as mesmas iriam investir nos concelhos com menores taxas.

Referiu, ainda, que o Fundo de Apoio Municipal tinha sido criado naquele ano, pelo que não seria para pagar de imediato. Julgava que o esforço em tentar arranjar setenta ou oitenta mil euros não seria, assim, tão elevado, porque, certamente, haveria alguma rubrica que não teria atingido a taxa de execução de 100%. O concelho iria beneficiar com aquela isenção, porque a fixação de mais empresas criaria mais postos de trabalho na Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Rebelo:

1.º Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150.000,00, nos termos do n.º 4, do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP). De acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se

destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%, pelo que proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2015, em 0,25%.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2015, em 0,25%;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA – COMPARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A EML, E.M.:

Pela Câmara Municipal, foi presente a minuta de alteração ao contrato programa – comparticipação pública da Câmara Municipal para a EML, E.M. em liquidação, celebrado no dia 5 de maio de 2014, que visa ajustar e compatibilizar os fundamentos do mesmo face ao orçamento aprovado pela tutela em dezembro de 2013.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que as transferências efetuadas para a EML foram suportadas com base nos n.ºs 2 e 3, do artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto. Como se podia verificar pelo Orçamento retificativo, a situação da empresa encontrava-se negativa sem as referidas transferências, tendo sido, por tal facto, efetuada a respetiva cobertura dos prejuízos.

Sobre o assunto, o Deputado Municipal Rui Meneses comentou que a alteração derivava da respetiva Lei e era uma situação que tinha de ser efetuada.

Relativamente à Empresa Municipal de Lagoa referiu que a mesma deveria publicar os dados financeiros no portal da autarquia ou da própria empresa, pois os mesmos estavam em falta, nomeadamente o plano de atividades e investimentos, estando apenas disponível até ao ano de 2010 e os relatórios e contas até 2011.

Sabia que a referida Empresa Municipal foi liquidada à data de 1 de janeiro do corrente ano, mas isso não significava que não tinham a obrigação de não publicitar os dados referentes aos anos anteriores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

- 1.º** Aprovar a alteração ao contrato programa – comparticipação pública da Câmara Municipal para a EML, E.M;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO NA RIBEIRA CHÃ:

Foi presente pela Câmara Municipal a informação prestada pelo serviço de notariado desta Autarquia referente à desafetação de duas parcelas de terreno confinantes com a via pública, sitas à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, cujo teor abaixo se transcreve:

“ Pela Divisão de Informação Cadastral, foi solicitado aos Senhores José Manuel Mendonça Lima e Luís Manuel Mendonça Lima, a apresentação dos seguintes documentos

“1- Comprovativos da integração das áreas de **20m²** e **140m²** do domínio público municipal, para o domínio privado dos seus prédios descritos na Conservatória sob os n.ºs 277/Ribeira Chã (artigo rústico 74, Secção D (parte) da Ribeira Chã) e 279/Ribeira Chã (artigo urbano 26 da freguesia da Ribeira Chã).

- A área que foi integrada no domínio público (140m²), deve-se ao facto de, quando foi erguido o muro divisório a norte da via pública, por esta Autarquia, mais precisamente na Avenida Eng.º Arantes de Oliveira, o mesmo foi alinhado e executado pela base do talude existente. O prédio em epígrafe está localizado a uma cota superior em relação à via. Assim sendo, ficou o prédio do signatário com mais área, tendo em conta que o levantamento da cadastral foi feito pelo topo do talude e não pela base. O talude em epígrafe tinha uma inclinação, afim de sustentar e evitar queda de terra do prédio. Relativamente à gleba de terreno de 20m² integrada no domínio privado dos senhores acima identificados, a sul da referida via, foi erguido o muro por esta Autarquia da correção do entroncamento da Rua do Botelho com a Avenida Eng.º Arantes de Oliveira”. **“2-** Comprovativos da cedência das áreas **de 40m² e 80 m² (60m² + 20m²)** dos seus prédios descritos na Conservatória sob os n.ºs 277/Ribeira Chã (art.º rústico 74, Secção D, freguesia da Ribeira Chã, (artigo urbano 26 da freguesia de Ribeira Chã), para o domínio público”.

- Quanto à cedência da área de 40 m² do referido prédio para a via pública, esta ocorreu a quando da pavimentação em betão na Rua do Botelho. Foi ainda retificada a curva junto do entroncamento para melhor visibilidade.

- Em relação aos 80m² (60m² + 20m²) também para a via pública, deveu-se à abertura da via que liga a Avenida Arantes de Oliveira à Travessa da Rua da Igreja e à Pavimentação e Alargamento do Beco existente no respetivo arruamento.

Deste modo, para se proceder à legalização das referidas áreas, será necessário:

a) Proceder à desafetação de duas parcelas de terreno com as áreas respetivamente de 20m² e 140m², abaixo discriminadas, do domínio público municipal para serem posteriormente, por via de uma permuta, integradas no domínio privado das propriedades dos senhores José Manuel

Mendonça Lima e de Luís Manuel Mendonça Lima, descritas na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob os n.ºs 277 e 279/Ribeira Chã:

Parcela 1 – 20 m², sita à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, que confronta a Norte e Nascente – Avenida Arantes de Oliveira, Sul – Proprietários e outros e a Poente – Proprietários.

Parcela 2 – 140 m², sita à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, que confronta a Norte – Os Proprietários, Sul e Poente – Avenida Arantes de Oliveira e a Nascente – Caminho.

b) Que a Câmara submeta à apreciação da Assembleia Municipal as desafetações, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e ccc) do n.º1, do artigo 33º e alínea q) do n.º.1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 2 de Setembro;

c) Proceder posteriormente à escritura de permuta entre os Senhores José Manuel Mendonça Lima e Luís Manuel Mendonça Lima e o Município de Lagoa, em que:

- O Município de Lagoa irá ceder, definitiva e gratuitamente aos Senhores José Manuel Mendonça Lima e Luís Manuel Mendonça Lima 2 parcelas de terreno com as áreas respetivamente de 20m², sita à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho e 140m² sita à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, a fim de serem anexadas aos seus prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob os n.ºs 277 e 279/Ribeira Chã,

e,

por sua vez, os Senhores Manuel Mendonça Lima e Luís Manuel Mendonça Lima, irão, em troca, ceder, gratuita e definitivamente ao Município de Lagoa as áreas respetivamente de 40m², sita à Avenida Arantes de Oliveira, da dita freguesia da Ribeira Chã e 80m² (60m² + 20m²), sita à Avenida Arantes de Oliveira, da freguesia da Ribeira Chã, ambas deste Concelho, as quais já fazem parte do domínio público municipal, para legalização do respetivo processo, junto das várias Repartições Públicas deste Concelho e Divisão de Informação Cadastral de Ponta Delgada;

2- Proceder à afixação de Edital nos locais do costume, pelo prazo de 15 dias.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Concordar e submeter a desafetação do domínio público municipal para as afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior escritura de permuta, nos termos supra expostos, das seguintes parcelas de terreno:

Parcela 1 – 20 m², sita à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, que confronta a Norte e Nascente – Avenida Arantes de Oliveira, Sul – Proprietários e outros e a Poente – Proprietários.

Parcela 2 – 140 m², sita à Avenida Arantes de Oliveira, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, que confronta a Norte – Os Proprietários, Sul e Poente – Avenida Arantes de Oliveira e a Nascente – Caminho.

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento do Conselho Municipal de Saúde, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 107, de 4 de junho de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a proposta do Regulamento do Conselho Municipal de Saúde, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – REGULAMENTO DOS PÓLOS DE INFORMÁTICA DO CONCELHO DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento dos Pólos de Informática do Concelho de Lagoa, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 92, de 14 de maio de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Aprovar a proposta do Regulamento dos Pólos de Informática do Concelho de Lagoa, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – REGULAMENTO DA POUSADA DA JUVENTUDE DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento da Pousada da Juventude de Lagoa, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 92, de 14 de maio de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º Aprovar a proposta do Regulamento da Pousada da Juventude de Lagoa, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA – REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL TOMAZ BORBA VIEIRA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento da Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 91, de 13 de maio de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º Aprovar a proposta do Regulamento da Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 12 – PROPOSTA – REGULAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES DA LAGOA - CEFAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres da Lagoa - Cefal, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 12 de maio de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões

sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres da Lagoa - Cefal, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 13 – PROPOSTA – REGULAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES DA LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres da Lagoa, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 12 de maio de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres da Lagoa, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 14 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) – Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2014, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados por Natureza e nos Mapas de Execução Orçamental.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, pela análise aos documentos apresentados, se podia

constatar que a situação financeira da Autarquia era ligeiramente melhor, comparativamente ao período homólogo de 2013, e refletia a posição financeira, nos primeiros seis meses do corrente ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, remetido nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 15 – OUTROS ASSUNTOS:

Não se observou nenhum assunto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, novamente, não só a disponibilidade da Junta de Freguesia do Cabouco em ter acolhido a sessão da Assembleia Municipal, bem como a presença de todos os membros e público presente.

Acrescentou que o principal objetivo em descentralizar as sessões daquela Assembleia Municipal era promover a adesão dos cidadãos, o que infelizmente não se tinha verificado até àquele momento.

Aproveitou a oportunidade para deixar um apelo a todos os Presidentes de Junta de Freguesia para que as sessões da Assembleia Municipal fossem mais divulgadas, de forma a se verificar uma maior participação do público residente, com vista a deixarem registadas opiniões ou sugestões para a construção do projeto da autarquia.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e vinte minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
